

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 06/Ago



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3455 - Ano 2025

CANCELADA A REUNIÃO QUE DISCUTIRIA HOJE NA COMISSÃO DE PREVIDENCIA DA CÂMARA A APOSENTADORIA ESPECIAL DOS VIGILANTES



Na manhã desta terça-feira, 5 de agosto, dirigentes da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), da Federação Interestadual dos Vigilantes (FINTRAVIG) e do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (SINDESV-DF) estiveram na Secretaria da Comissão de Previdência da Câmara dos Deputados e receberam a confirmação de que o Projeto de Lei nº 42/2023, com o relatório favorável do deputado Pastor Eurico (PL-PE), estaria na pauta para leitura e votação nesta quarta-feira, 6 de agosto.

Toda a mobilização já estava preparada: lideranças e representantes sindicais de várias partes do país estavam prontos para se reunir com parlamentares e cobrar o

apoio necessário para aprovar essa proposta que representa uma conquista justa para os vigilantes brasileiros.

No entanto, em razão da instabilidade política e disputas internas no parlamento, a sessão foi cancelada, o que é lamentável, pois são justamente os trabalhadores que mais precisam dessa decisão que acabam sendo prejudicados.

Apesar do contratempo, é importante reforçar o apoio ao relatório apresentado pelo deputado Pastor Eurico, que reconhece a necessidade e a justiça da aposentadoria especial para os vigilantes, categoria que atua diariamente em condições de risco e merece esse reconhecimento legal.

Diante da suspensão da sessão, a mobilização continua sendo fundamental. Vigilantes e lideranças sindicais de todo o Brasil precisam entrar em contato com os deputados de seus respectivos estados que integram a Comissão de Previdência, cobrando o compromisso com o voto favorável ao parecer.

A pressão organizada da base pode fazer a diferença no andamento do projeto. Após a votação nessa comissão, o PL ainda precisará passar pelas Comissões de

Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, além de ir ao Plenário da Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado Federal.

Mesmo diante deste adiamento, é hora de intensificar a cobrança, fortalecer a união da categoria e exigir o reconhecimento de um direito legítimo.

Aposentadoria especial já! É justo, é necessário, e os vigilantes brasileiros merecem esse reconhecimento.

A seguir vejam os nomes dos membros da Comissão para que façam contato pedindo apoio.

Fonte: CNTV



DEPUTADAS E DEPUTADOS DA COMISSÃO DE PREVIDENCIA – TITULARES:

MEMBRO / DEPUTADO	PARTIDO	TELEFONE	E-MAIL
BENEDITA DA SILVA	(PT/RJ)	(61) 3215-5330	dep.beneditadasilva@camara.leg.br
CASTRO NETO	(PSD/PI)	(61) 3215-5803	dep.castroneto@camara.leg.br
CHIS TONIETTO	(PL/PI)	(61) 3215-5446	dep.christonietto@camara.leg.br
CLARISSA TERCIO	(PP/PE)	(61) 3215-5506	dep.clarissatercio@camara.leg.br
DANIELA DE WAGUINHO	(UNIÃO/RJ)	(61) 3215-5550	dep.danieladowaguinho@camara.leg.br
FILIPE MARTINS	(PL/TO)	(61) 3215-5517	dep.filipemartins@camara.leg.br
LAURA CARNEIRO	(PSD/RJ)	(61) 3215-5210	dep.lauracarneiro@camara.leg.br
LENIR DE ASSIS	(PT/PR)	(61) 3215-5232	dep.lenirdeassis@camara.leg.br
LUCIANO DUCCI	(PSB/PR)	(61) 3215-5427	dep.lucianoducci@camara.leg.br
OTONI DE PAULA	(MDB/RJ)	(61) 3215-5682	dep.otonidepaula@camara.leg.br
PASTOR DINIZ	(UNIÃO/RR)	(61) 3215-5423	dep.pastordiniz@camara.leg.br
PASTOR SARGENTO ISIDORO	(AVANTE/BA)	(61) 3215-5817	dep.pastorsargentoisidorio@camara.leg.br
ROGÉRIA SANTOS	(REPUBLIC./BA)	(61) 3215-5338	dep.rogeriasantos@camara.leg.br
RUY CARNEIRO	(PODE/PB)	(61) 3215-5536	dep.ruycarneiro@camara.leg.br
SARGENTO PORTUGAL	(PODE/RJ)	(61) 3215-5527	dep.sargentoportugal@camara.leg.br

DEPUTADAS E DEPUTADOS DA COMISSÃO DE PREVIDENCIA – SUPLENTE:

MEMBRO / DEPUTADO	PARTIDO	TELEFONE	E-MAIL
ALLAN GARCÊS	(PP/MA)	(61) 3215-5558	dep.allangarcês@camara.leg.br
ANA PAULA LIMA	(PT/SC)	(61) 3215-5206	dep.anapaulalima@camara.leg.br
ANDREIA SIQUEIRA	(MDB/PA)	(61) 3215-5408	dep.andreiasiqueira@camara.leg.br
CABO GILBERTO SILVA	(PL/PB)	(61) 3215-5350	dep.cabogilbertosilva@camara.leg.br
CARLA DIKSON	(UNIÃO/RN)	(61) 3215-5656	dep.carladickson@camara.leg.br
CRISTIANE LOPES	(UNIÃO/RO)	(61) 3215-5618	dep.cristianelopes@camara.leg.br
DETINHA	(PL/MA)	(61) 3215-5714	dep.detinha@camara.leg.br
DOMINGOS NETO	(PSD/CE)	(61) 3215-5546	dep.domingosneto@camara.leg.br
DUARTE JR.	(PSB/MA)	(61) 3215-5344	dep.duartejr@camara.leg.br
FLAVIA MORAES	(PDT/GO)	(61) 3215-5738	dep.flaviamorais@camara.leg.br
GEOVANIA DE SÁ	(PSDB/SC)	(61) 3215-5418	dep.geovaniadesa@camara.leg.br
LUIZ CARLOS HAULY	(PODE/PR)	(61) 3215-5421	dep.luizcarloshauly@camara.leg.br
MEIRE SARAFIM	(UNIÃO/AC)	(61) 3215-5202	dep.meiresarafim@camara.leg.br
MESSIAS DONATO	(REPUBLIC./ES)	(61) 3215-5417	dep.messiasdonato@camara.leg.br
PASTOR EURICO	(PL/PE)	(61) 3215-5906	dep.pastoreurico@camara.leg.br
SAMUEL VIANA	(REPUBLIC./MG)	(61) 3215-5627	dep.samuelviana@camara.leg.br
SARG. GONÇALVES	(PL/RN)	(61) 3215-5569	dep.sargentogoncalves@camara.leg.br
SILVIA CRISTINA	(PP/RO)	(61) 3215-5524	dep.silviacristina@camara.leg.br

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS.
FUNDAÇÃO: 22/11/1992

FILIADA À CUT e DIEESE
SDS - VENÂNCIO JÚNIOR - LOJA 09-12
CEP: 70300-000 - BRASÍLIA-DF
TEL/FAX: (061) 3321-6143 / 3321-0041 / 3224-1658 / 3223-8423
Site: www.vigilantecntv.org.br/ / E-mail: [cntv@vigilantecntv.org.br/](mailto:cntv@vigilantecntv.org.br) / cntv@terra.com.br

Prefeituras de Alagoas são alvo de denúncia por contratar segurança clandestina



Sindicato dos Vigilantes de Alagoas lidera mobilização contra contratações irregulares

Na última segunda-feira (4), o Sindicato dos Vigilantes de Alagoas promoveu uma reunião em sua sede com representantes de empresas de segurança privada cadastradas na Polícia Federal, especialmente aquelas que atuam em grandes eventos. A pauta central foi o combate à contratação de empresas clandestinas por prefeituras do estado, prática que contraria a legislação vigente e coloca em risco a segurança da população.

Estiveram presentes empresas como SentrySegurança, Inove & Renove Segurança, Leal Segurança, Sistema Rodrigues de Segurança e BSP Segurança, além de agentes da Polícia Federal. O encontro teve como foco o combate à crescente presença de empresas clandestinas, especialmente em contratos públicos com administrações municipais.

De acordo com os participantes, algumas prefeituras vêm firmando contratos milionários com empresas que não possuem o devido registro junto à Polícia

Federal, em descumprimento à legislação federal e ao Estatuto da Segurança Privada. Isso compromete a qualidade dos serviços prestados, expõe a sociedade a riscos e enfraquece a competitividade justa entre empresas regulares.

Para fortalecer a fiscalização, o sindicato protocolou ofícios junto à Polícia Federal e solicitou que as prefeituras passem a observar integralmente as exigências do Estatuto da Segurança Privada. O objetivo é assegurar uma prestação de serviços qualificada e legal, em conformidade com a nova legislação sancionada em 2024.

Uma nova reunião com a Polícia Federal está prevista para a próxima semana, com o intuito de intensificar as ações de combate à clandestinidade e promover uma atuação conjunta entre entidades sindicais, empresários e órgãos fiscalizadores.

Fonte: Política Alagoana e Sindicato dos Vigilantes de Alagoas | Reprodução

VISITAS NO EXTREMOS SUL DO ESTADO



Na data de 21 a 25 de julho, o Sindivigilantes fez uma força tarefa para alcançar as regiões mais remotas da região Sul do nosso Estado, nossa base nessa região compreende 33 municípios e apenas 2 diretores efetivos na subsede de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Estamos manter nosso compromisso com a categoria de ir em cada região levar informações, carteira nacional de vigilantes (CNV's), benefícios, além de ouvir as demandas e reclamações pertinentes.

Para isso, foi deslocado diretores da sede de Linhares para ampliação desse trabalho fazendo visitas diurnas e noturna, infelizmente não foi possível alcançar todos os postos e plantões, mas foi possível encontramos velhos amigos e fizemos novos também. Queremos agradecer a boa receptividade e respeito com a qual fomos recebidos.

Fonte: SINDVIGILANTESES

PF fecha empresa clandestina que fez segurança em festa em Domingos Martins

Foto: Divulgação PF-ES



A Polícia Federal (PF) fechou uma empresa de segurança privada irregular que foi contratada para trabalhar na Festa do Morango, realizada no último final de semana em Domingos Martins, região Serrana do Espírito Santo.

De acordo com a PF, o fechamento da empresa aconteceu durante a Operação Segurança em Foco II, iniciada na última sexta-feira (19). A fiscalização constatou que empresa que vinha prestando o serviço de segurança privada no evento não possuía autorização e tinha 21 vigilantes irregulares.

Por conta do flagra, foi lavrado um auto de encerramento da atividade. Segundo levantamento da PF, neste ano, mais de 17 empresas clandestinas de segurança privada foram encerradas. Em 2024, 45 empresas não autorizadas foram fechadas.

“A contratação de serviços clandestinos de segurança privada coloca em risco a integridade física de pessoas e o patrimônio dos contratantes, já que os “seguranças”

clandestinos não se submetem ao controle da Polícia Federal quanto aos seus antecedentes criminais, formação, aptidão física e psicológica. Além disso, as empresas clandestinas não observam os requisitos mínimos de funcionamento previstos na legislação. No Brasil, somente empresas de segurança privada autorizadas pela Polícia Federal podem prestar serviços e contratar vigilantes”, destaca a PF em nota.

Em nota, a Associação Festa do Morango (AFEMOR) afirma que “foi surpreendida” com a veiculação de matérias jornalísticas tratando de suposta irregularidade envolvendo a empresa contratada para prestar serviço de apoio à segurança durante a 35ª Festa do Morango de 2025.

A AFEMOR diz que não foi previamente notificada acerca da operação realizada pela Polícia Federal no dia 1 de agosto de 2025, não tendo, portanto, qualquer participação ou envolvimento nas diligências mencionadas.

“Destaca-se que a Associação obteve todos os alvarás, licenças e autorizações exigidos pelos órgãos competentes para a realização do evento, reafirmando seu compromisso com a legalidade, a transparência e o respeito às normas vigentes. Por fim, diante dos fatos noticiados, a AFEMOR está buscando os devidos esclarecimentos junto às autoridades e, caso necessário, adotará todas as medidas cabíveis para assegurar o fiel cumprimento de sua missão institucional”, diz.

FONTE: Redação Multimídia ESHOJE

Sindicato denuncia mais de 80 empresas por contratação clandestina na Polícia Federal



O Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias denunciou à Comissão de Vistoria da Polícia Federal, em Nova Iguaçu, 82 empresas clandestinas de prestação de serviços de vigilância.

O intuito é coibir o serviço irregular que tira o emprego de vigilantes treinados e com cadastro na Polícia Federal que são aptos a atuar em vigilância.

As denúncias atingem as empresas prestadores de serviços clandestinos como também os contratantes dos serviços irregulares.

“Todo serviço de segurança e vigilância deve ser feito por uma empresa com cadastro na própria Polícia Federal. Seus empregados também devem possuir ata,

registros formais e treinamentos para isso. Portanto, não podemos assistir o crescimento da clandestinidade sem tomar uma posição em defesa da nossa classe e dos empregos formais. Isso traz mais segurança para que utiliza os serviços e também para as pessoas”, afirma Carlos Gil, presidente do Sindicato.

Para que o Sindicato mantenha a força nas cobranças a categoria deve se filiar à entidade. Fortalecer a luta sindical resulta em mais benefícios para todos os trabalhadores e também a garantia do emprego pleno, sem clandestinidade.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias

Mercado financeiro reduz previsão da inflação para 5,07%

Estimativa para o PIB é 2,23% este ano

MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL



A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – passou de 5,09% para 5,07% este ano. É a décima redução seguida na estimativa, publicada no Boletim Focus desta segunda-feira (4). A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,44% para 4,43%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,8%, respectivamente.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser

perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Em junho, mesmo pressionada pela energia elétrica, a inflação oficial - divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - perdeu força e fechou em 0,24%, marcada pela primeira queda no preço dos alimentos depois de nove meses. Apesar da desaceleração nos últimos meses, o índice acumulado em 12 meses alcançou 5,35%, ficando pelo sexto mês seguido acima do teto da meta de até 4,5%.

Esse período de seis meses acima de 4,5% configura estouro da meta pelo novo regime adotado em 2024 . Cada vez que isso acontece, o presidente do BC tem que divulgar, por meio de carta aberta ao ministro da Fazenda, que preside o CMN, a descrição detalhada das causas do descumprimento, as providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos e o prazo no qual se espera que as providências produzam efeito.

Juros básicos

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O recuo da inflação e o início da desaceleração da economia fizeram o colegiado interromper o ciclo de aumento de juros na última reunião, na semana passada, após sete altas seguidas na Selic.

Em comunicado, o Copom informou que a política comercial dos Estados Unidos aumentou as incertezas em relação aos preços. A autoridade monetária informou que, por enquanto, pretende manter os juros básicos, mas não descartou a possibilidade de voltar a elevar a Selic caso seja necessário.

A estimativa dos analistas é que a taxa básica encerre 2025 nos 15% ao ano. Para o fim de 2026, a expectativa é que a Selic caia para 12,5% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda

aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

A estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano permaneceu em 2,23% nesta edição do Boletim Focus. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) passou de 1,89% para 1,88%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 1,95% e 2%, respectivamente.

Puxada pela agropecuária no primeiro trimestre de 2025, a economia brasileira cresceu 1,4%, de acordo com o IBGE. Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021 quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,60 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,70.

Fonte: CUT - Escrito por: Andreia Verdélio
, Agência Brasil | Editado por: Valéria
Aguiar, Agência Brasil

Familiares de enfermeiros mortos por Covid no DF serão indenizados

O Sindicato dos Enfermeiros começou o cadastro das famílias para o pagamento da indenização de R\$ 50 mil a fim de compensar as perdas

Igo Estrela/Metrópoles



Familiares de enfermeiros mortos ou incapacitados durante a pandemia de Covid-19 conquistaram o direito de receber indenização no valor de R\$ 50 mil. O Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiro-DF) começou o cadastro das famílias para o pagamento da indenização. O acordo prevê o pagamento para os casos ocorridos entre 3/2/2020 e 22/5/2022, período crítico da crise de saúde global.

O acordo firmado com a Advocacia-Geral da União (AGU) prevê o pagamento a cônjuges, companheiros, herdeiros ou dependentes legais de enfermeiros vítimas da Covid-19. Na avaliação do presidente do sindicato, Jorge Henrique, a indenização é um reparo para famílias e profissionais impactados durante a árdua batalha travada pelos profissionais diante do vírus que matou 716 mil pessoas no Brasil.

No caso de dependentes menores de idade, será pago, ainda, adicional no valor de R\$ 10 mil por ano, até que completem 21 anos. Caso estejam estudando, o pagamento segue até os 24 anos.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Segundo o sindicato, enfermeiros vítimas de sequelas permanentes da doença também têm direito à compensação financeira. Além de coordenar o recebimento da documentação, o sindicato oferece apoio jurídico gratuito às famílias e profissionais que se enquadram nos critérios.

Serviço

A adesão pode ser feita por e-mail, telefone ou presencialmente na sede do sindicato. Em caso de dúvidas, os interessados devem procurar os canais oficiais. De acordo com o sindicato, não é necessário pagar qualquer valor nem assinar documentos com terceiros ou advogados que não tenham sido indicados oficialmente pelo sindicato.

O endereço do sindicato fica no SCLRN 714, Bloco H, nº 02, Bairro Asa Norte, CEP: 70.760-558, Brasília/DF. Para contato: WhatsApp (83) 9915-7127 e (61) 3273-0307.

Documentação

Enfermeiros incapacitados devem apresentar RG e CPF, comprovante de exercício da atividade entre 03/02/2020 e 22/05/2022, laudo médico ou exames que atestem quadro clínico compatível e comprovante de residência.

Os dependentes de enfermeiros falecidos devem apresentar certidão de óbito, RG e CPF do dependente e do representante legal, comprovante de exercício da atividade entre 03/02/2020 e 22/05/2022, laudo médico ou laboratorial caso a certidão não indique Covid, comprovante de residência e, para dependentes universitários, comprovante de matrícula na época do falecimento para garantir o benefício até os 24 anos.

FONTE: METROPOLES - Francisco Dutra

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF